

O DESENVOLVIMENTO DO PROTAGONISMO INFANTIL NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) NO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS/SE.

Ana Paula Soares Lima¹
Cora Linhares dos Santos²
Josenildo Tertuliano Santos Silva³

GT 1 – Educação de Crianças, Jovens e Adultos

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo abordar o que vem a ser o Protagonismo Infantil com ênfase em uma educação centrada na formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres. O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Carmópolis - Sergipe. O SCFV é um serviço vinculado à Secretaria de Assistência Social, no qual tem como foco dar assistência a crianças e jovens que estejam em algum tipo de vulnerabilidade. Como metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários com educadores e educandos para a elucidação dos dados da pesquisa, nos quais podemos verificar o quanto é possível desenvolver um trabalho incluyente voltado para as crianças do SCFV priorizando o desenvolvimento do indivíduo como um todo.

Palavras - chave: Protagonismo Infantil; cidadão; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Abstract: this work aims to address what is the children's Role with an emphasis on an education focused on the formation of a citizen conscious of their rights and duties. The site chosen for the development of research was the service and Strengthening linkages (SCFV) in the municipality of Carmópolis-Sergipe. The SCFV is a service linked to the State Secretariat for Social assistance, which focuses on assisting children and young people who are in some sort of vulnerability. Bibliographic searches were carried out methodology, questionnaires with educators and students to the elucidation of the data of the survey, in which we can see how it is possible to develop an inclusive work aimed at the children of the SCFV prioritizing the development of the individual as a whole.

Keywords: Child Protagonism; citizen; Roommate service and strengthening of links.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Pós graduada em História do Brasil pela Faculdade Pio Décimo. Especialista em Direitos Infante – Juvenis (Escola que Protege) CESAD/UFS. Professora da rede de educação básica do município de Aracaju. Membro do GREPHES (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior). livrelima@yahoo.com.br

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Direitos Infante – Juvenis (Escola que Protege) CESAD/UFS. Professora da rede de educação básica do município de Aracaju. Membro do GREPHES (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior). coralinhaires@gmail.com.br

³ Graduado em Pedagogia pela Faculdade São Luís de França. Especialista em Educação Infantil pela Universidade de São Paulo. Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da rede de educação básica do município de Aracaju. josenildoter@yahoo.com.br

I – Introdução

Adentrar no cenário educacional permite trazer à tona nossas experiências pessoais em sala de aula. As dificuldades, as angústias, as alegrias e tudo o que leva a construção de um olhar mais atento, ao que de fato acreditamos ser importantes no contexto desse cenário. Para a construção do nosso trabalho buscamos concentrá-lo em dois eixos: educação e cidadania. Educação, sob a ótica de Freire (1979) um grande educador que nos mostra a construção da educação voltada para a realidade de cada indivíduo, tendo como foco a conscientização dessa população diante da sociedade em que vive.

Para a cidadania buscamos o desenvolvimento da nossa temática a partir da compreensão de Pinsky (2005) que relaciona os direitos que o cidadão possui, mas também as responsabilidades que o mesmo tem em contrapartida.

(...) cidadania pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade coletiva (...) Exigir direitos é parte da cidadania, mas respeitar os contratos sociais é sua contrapartida (PINSKY, 2005, pág.19).

Esses dois pilares, educação e cidadania, caminham juntos, complementando - se a todo o momento, pois o acesso de crianças e adolescentes ao que vem a ser cidadania deve ocorrer principalmente na escola, através de uma educação que esteja voltada para o desenvolvimento dessa conscientização de direitos e de que forma exercê-los, para que de fato tornem - se sujeitos de direitos.

Mas chegar a concretização dos direitos e vivenciar uma cidadania plena implica, antes de tudo, que os indivíduos se reconheçam como sujeito de direitos. Para tanto, é necessário conhecer os direitos para, então, lutar por eles. Conhecendo seus direitos e questionando a situação vigente, os indivíduos terão condições de analisar criticamente a realidade (FREITAS, 2002, pág. 108).

De acordo com Pinsky (2005) no capítulo de sua obra intitulado de “Cidadania se aprende na escola” mostra que um pouco do descuido existente na escola por parte da comunidade é pelo fato de não as considerarem suas, mas do governo o que contribui para a degradação tanto do espaço, quanto do ensino ofertado. Ele coloca a necessidade

de uma mudança de pensamento e comportamento de todos para que possam surgir alterações de fato no cenário educacional.

A partir da temática proposta iniciamos uma reflexão a respeito do cenário educacional que se apresenta atualmente. A educação no Brasil passa por um momento delicado, de diversos conflitos existentes nesse ambiente. Professores desmotivados, alunos indisciplinados, famílias transferindo suas responsabilidades, enfim a violência não pede licença e se instala cada dia mais nas salas de aula. Com relação a essa temática, Nogueira (2007) comenta que,

o aluno sente-se tão desprovido de formas de comunicar suas idéias, hipóteses, crenças e dúvidas que encontra como única saída de demonstrar o seu descontentamento, a reação do não aprender, pois talvez desta forma contestativa poderá chamar atenção e quem sabe poder participar mais ativamente do processo de construção do seu desenvolvimento (NOGUEIRA, 2007, pág. 31).

Alguns desses conflitos podem ser reflexos dos baixos salários, falta de capacitação, inexistência de parceria com a família, ausência de regras mais rígidas. Essas são algumas possibilidades dentro desse amplo cenário educacional. Além dessas questões podemos observar que em muitas situações o ensino oferecido nas escolas visa em sua maior parte, o desenvolvimento dos conteúdos ficando em muitos casos, o mesmo à frente do processo criativo e independente do aluno.

Dessa forma, com a predominância de uma educação conteudista, na qual o professor é detentor de todo o saber, o educando torna-se refém de um sistema em que muitas vezes está distante da sua realidade, no qual não existe nenhuma interação do educando no processo de construção do conhecimento. Em contrapartida, os professores não se sentem motivados para inserir alguma inovação metodológica. Diante dessa situação Passos e Souza (2014) afirmam que:

desse modo, na medida em que a escola se transforma num espaço aberto de disputas que desprezam o compromisso ético, o respeito às diferenças e a formação para a cidadania, a autoridade dos professores e a própria democracia também tendem a enfraquecer, fortalecendo comportamentos violentos e autoritários como via possível para assegurar uma coesão forçada da comunidade escolar. Exatamente em virtude do enfraquecimento da autoridade de pais e professores, cada vez mais atraídos por consensos rápidos e por soluções fantasiosas que desconsideram as especificidades do atual tempo histórico, o nível de

informação das gerações atuais e a sua capacidade de questionar as regras e de se mobilizarem em torno da conquista de direitos, que se assiste a diminuição da confiança em torno dos resultados da escola (PASSOS, SOUZA, 2014, pág. 112).

Diante dessa problemática acreditamos que é necessária uma mudança no processo educativo e algumas formas precisam ser repensadas. Dessa maneira, compreendemos a importância de implementar uma educação voltada para o exercício dos Direitos Humanos, no qual todos sejam sujeitos ativos, onde exista uma participação de fato de professores, alunos, corpo técnico, apoio, comunidade visando o desenvolvimento de seus filhos (as) naquele ambiente.

O presente trabalho visa o conhecimento e aprofundamento de uma educação cidadã que tenha como principal objetivo o desenvolvimento da autonomia por parte dos educandos, para que os mesmos possam ser sujeitos conscientes de direitos e deveres visando o desencadeamento de um processo que fortalecerá os vínculos já existentes culminando com o protagonismo infantil, sendo aplicado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Carmópolis/Se. Como metodologia utilizamos a aplicação de questionários para os educandos e equipe técnica (educadores). Os educandos possuem faixa etária de 06 a 15 anos, sendo feita uma avaliação diagnóstica e por meio desta, propor a formação de grupos por contextos de vida e/ou anseios semelhantes.

II – Educação e Direitos Humanos

Os Direitos Humanos surgiram em detrimento de abusos e exclusões sofridas pelas populações mais pobres que após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi criado um marco jurídico para a elaboração das propostas educacionais voltadas para os Direitos Humanos, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2013)

a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades. Ela poderá influenciar na construção e na consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos. Como a Educação em Direitos Humanos requer a construção de concepções e práticas que compõem os Direitos Humanos e seus processos de promoção,

proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana ela se destina a formar crianças, jovens e adultos para participar ativamente da vida democrática e exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade, também respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas. É uma educação integral que visa o respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições (BRASIL, 2013, pág. 516).

A proposta da Educação em Direitos Humanos visa incluir todos os estudantes através de currículos, projetos, tendo como escopo uma formação ética, crítica e política. A Educação em Direitos Humanos fundamenta-se nos seguintes princípios: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental.

Sujeitos efetivamente de direitos, conscientes das individualidades de cada um e que todos devem ser respeitados, afinal todos possuem direitos, mas também muitas responsabilidades. Precisam conscientizar-se de que para toda ação existe uma reação e um elemento primordial para a implementação dessa educação voltada para os Direitos Humanos é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990, pág.1).

A lei 8069 que rege o ECA foi aprovada no Brasil no ano de 1990, ela traz a proteção integral as crianças e adolescentes tornando-as sujeitos de direitos. Estado, família e sociedade são responsáveis por zelar por essa proteção. “Este documento legal representa uma verdadeira revolução em termos de doutrina, ideias, práxis, atitudes nacionais frente à criança” (MARCÍLIO, pág. 51, 1998).

Mas para que o ECA fosse implementado de fato existiram outras etapas. O ano de 1988 a Constituição Federal foi o primeiro documento que garantia os direitos fundamentais a crianças e adolescentes, sendo que o que existia anteriormente era o Código de Menores criado em 1979 voltados para os menores em situação irregular identificados como possuidores de alguma patologia social.

Todos esses aportes legais contribuiram para que a criança e/ou adolescente ganhasse espaço em nossa sociedade com direito a legislações específicas para esse público visando seu desenvolvimento em sua totalidade.

III – O SCFV

De acordo com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009 o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é o serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social que faz parte da rede de proteção social básica.

O SCFV surgiu em detrimento de um reordenamento feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) com o objetivo de unificação das regras que envolvem serviços como PETI, PROJOVEM e idosos de uma forma com que os recursos destinados a esses programas fossem unificados. De acordo com a cartilha do Reordenamento considera – se público prioritário do SCFV crianças, adolescentes ou pessoas idosas que estejam nas seguintes situações:

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medidas em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção ao ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito as pessoas com deficiência;

O serviço oferecido pelo SCFV, em especial para o público de 06 a 15 anos, que é a faixa etária que é atendida pelo referente município, segue regras estipuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) visando à formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e autonomia das crianças e adolescentes.

As atividades do serviço devem estar pautadas nas experiências lúdicas, culturais e esportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

O SCFV apresenta como eixo principal a convivência social, já que está voltado para o fortalecimento de vínculos familiares. Alguns temas sugeridos para o desenvolvimento das atividades são: direitos humanos e socioassistenciais, saúde, meio ambiente, cultura, esporte, lazer, ludicidade, brincadeiras e trabalho.

No município de Carmópolis, crianças e adolescentes atendidas pelo serviço, em sua maioria estão em situação de vulnerabilidade social, com sérios conflitos familiares, cumprindo medidas socioeducativas, e envolvidas com o trabalho infanto juvenil. De acordo com pesquisa realizada por Campos (2008), o Nordeste apresenta uma grave realidade voltada ao trabalho infanto juvenil e que essa situação de pobreza pode refletir em diversas áreas da vida dessa criança ou adolescente como a repetência e a evasão escolar.

3.1 – O Protagonismo Infantil

O que vem a ser protagonista? Para muitos, protagonista é a estrela principal, é quem comanda. De acordo com Ferreira (2004) protagonista remete a palavra *protagonistés* que, no idioma grego, significava o ator principal de uma peça teatral, ou aquele que ocupava o lugar principal em um acompanhamento.

Mas será que crianças podem ser protagonistas de situações de real importância? O protagonismo proposto nesse trabalho acredita que crianças e adolescentes podem sim serem protagonistas, dos diferentes espaços que estejam inseridos, sejam escolas, famílias, ongs, etc.

Estudos como o de Montandon (2001) mostram o quanto é importante ver na criança um agente de construção social que pode contribuir de forma significativa para a construção e elaboração de projetos. Estimular o protagonismo da criança e do adolescente é estimular a criatividade, a consciência, a liberdade e a responsabilidade de seus atos.

As crianças possuem características próprias ao seu momento desenvolvimental, o que não as tornam menos competentes enquanto atores sociais nem seres incompletos ou imperfeitos, mas caracterizam elementos configuradores de um grupo singular na existência humana (QUORTRUP, 1991, 1995; SARMENTO, 2000, 2001, 2003 *apud*

Protagonismo infantil: co – construindo significados em meio às práticas sociais, pág. 316).

Em um mundo cada vez mais globalizado, no qual crianças e adolescentes possuem cada vez mais acesso ao que ocorre no país e no mundo, por que não estimular essa sede de conhecimento, de mudança desde cedo? Mostrar a esse público que todo direito implica em uma responsabilidade, pode ser o caminho para que eles se sintam parte do todo e não creditem a necessidade de mudança ao governo, mas a si mesmos. Freire (1979) já nos mostrava o quanto a educação aliada com a liberdade pode transformar a realidade de um indivíduo, desenvolvendo sua consciência para que o mesmo saiba se posicionar diante das atitudes que a vida lhe apresenta. Conforme podemos observar na citação abaixo, ele ressalta a importância dessa transformação.

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio da nossa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias. O homem deve transformar a realidade para ser mais (FREIRE, 1979, pág. 30).

Em seu artigo 16 o ECA deixa claro a importância da liberdade e da participação de crianças e adolescentes.

Art. 16. O direito à *liberdade* compreende os seguintes aspectos:

I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as descrições legais;

II – *opinião e expressão*;

III – crença e culto religioso;

IV – brincar, praticar esportes e divertir – se;

V – *participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação*;

VI – *participar da vida política, na forma da lei*;

VII – buscar refúgio, auxílio e orientação;

Como podemos verificar o ECA traz em seu texto a participação das crianças e adolescentes estimulando suas opiniões em diversos campos. Verificamos desejo de formar um público ativo, que pode e deve se posicionar e que tem uma legislação que lhes assegura isso. A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/ 96 (LDB) também aborda a

importância do exercício da liberdade para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, em especial nos artigos 2º e 3ª.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de *liberdade* e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o *exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – *liberdade* de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV – *respeito á liberdade e apreço* a tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII – consideração com a diversidade étnicorracial;

A LDB pode ser considerada a legislação mais importante da educação e traz nesses artigos apresentados a confirmação da importância da liberdade para o desenvolvimento desse público e o desenvolvimento da cidadania. Liberdade, aliada com a responsabilidade que implica com o sujeito cidadão de fato. ECA e LDB visam à construção de uma educação voltada para a disseminação de valores importantes para a convivência em sociedade tornando essa criança e/ou adolescente capaz de ter identidade própria, deixando de ser refém de opiniões e posicionamentos que não expressam a sua vontade.

Em sua obra, Rogoff (1995) retrata a essência do que pensamos sobre protagonismo infantil;

Os princípios que sustentam a participação infantil implicam que é necessário investir na autonomia infantil, o que não significa

incentivar o surgimento de pequenos tiranos, nem submissão dos adultos à vontade das crianças. Pensar dessa forma significa inverter a situação que hoje se verifica sem nenhum ganho desenvolvimental ou social. A verdadeira autonomia é regulada por um compromisso recíproco entre os sujeitos (ROGOFF, 1995, pág. 317).

Com o aprofundamento das leituras podemos compreender que ser criança e adolescente significa romper barreiras, quebrar paradigmas existentes e que mesmo hoje em dia onde existe um cuidado especial com a criança vão existir opiniões contrárias ao protagonismo infantil, mas quem sabe incentivar crianças e adolescentes a ser protagonistas de suas vidas não contribuirá para o surgimento de uma população adulta mais consciente e sabedora dos seus direitos. Saroba (2013) em seu debate sobre o protagonismo infantil ressalta que:

Para que esse processo seja estabelecido é essencialmente importante desenvolver o respeito pelas opiniões das crianças e garantir espaço para expressarem-se, questionarem e opinarem, proporcionar-lhes informações das situações que ocorrem no meio de convivência, com orientações adequadas as suas compreensões. Por esse motivo, quando se defende a criança como protagonista transformação na escola a educação empreendedora em questão, se defende uma pedagogia para infância, para o exercício da cidadania, de um futuro cidadão em desenvolvimento (SAROBA, 2013, pág.10).

Alguns podem acreditar que esse protagonismo infantil pode levar a perda do “controle”, do respeito das crianças aos adultos. O intuito do protagonismo é mostrar as crianças e para os adultos que suas opiniões tem real importância e dessa forma também trabalhar o respeito à opinião diversa. Em sua obra Tomás (2007) aborda esse pensamento:

A participação das crianças não significa que estas se tornarão déspotas ou que terão o direito de tudo fazer. Pelo contrário, participando, aprendem a valorizar a opinião dos outros. Consideram também que as suas opiniões são importantes e que provocam mudanças (TOMÁS, 2007, pág.52).

Dar vida e voz a esse público é extremamente importante para que futuramente eles possam se posicionar diante dessa sociedade de uma forma mais consciente, buscando se posicionar diante das situações diversas que surgirem em sua vida. Um jovem, um adulto mais envolvido em buscar soluções e não ficar esperando que os outros resolvam seus problemas.

O protagonismo infantil apresentado nesse trabalho é algo que vai além das paredes do SCFV espera - se que essa ampliação de visão de mundo seja levado para a vida desse público tão carente de ideais. Santana (2008) aborda em sua pesquisa o quanto é importante o desenvolvimento do protagonismo infantil na vida de uma criança e como o mesmo influenciará em diversos aspectos.

Por isso, o protagonismo, definitivamente não é só uma proposta conceitual, senão que possui de modo inerente um caráter político, social, cultural, ético, espiritual, que portanto, reclama uma pedagogia e convida a repropor o 'status' social da infância e do adulto, de seus papéis na sociedade local e no conceito dos povos (SANTANA, 2008).

Sabemos que para que o protagonismo infantil possa acontecer precisa – se de uma peça fundamental: o adulto. É necessário que ele desenvolva o interesse em escutar o que a criança tem a lhe dizer, pois será ele o responsável por contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do pensamento inicial que a criança possui. Estimular o diálogo através de participações em atividades de sala, brincadeiras, algo que relacione – se ao mundo que conhecem é um pequeno estímulo para que as primeiras impressões possam ser debatidas.

Se a criança pode contar com um adulto que lhe conhece em seu processo de desenvolvimento, que lhe propicia tarefas e desafios ao seu alcance e que lhe fortalece em seu desenvolvimento de pensamento, diálogo e argumentação e esta atitude não seja um evento, mas uma prática cotidiana, ela terá condições propícias para uma atuação participativa (SILVA, 2008).

Permitir que a criança torne – se um sujeito ativo dentro daquele ambiente em que está inserida como nas regras que são instituídas em sala, quem sabe não possa haver um melhor retorno se forem feitas em conjunto, pois dessa forma todos pactuarão e terão uma responsabilidade maior, já que fizeram parte daquela escolha. O protagonismo infantil deve ser visto como um processo de aprendizagem que irá agregar valores de extrema importância para essas crianças.

Oliveira (2003) traz em seu texto a obra de Lev Vygotsky no qual ele ressaltava a importância da mediação para o processo de desenvolvimento da criança, no caso do protagonismo infantil o mediador será o adulto, a medida que incentiva e estimula a criança a expor suas opiniões diante desse novo mundo que se apresenta. No texto

Vygostsky aponta que o primeiro contato da criança com novas atividades deve ter a mediação de um adulto.

No caso do SCFV, esse adulto é representado pelo educador social que atuará na mediação com as crianças contribuindo para que o protagonismo infantil possa acontecer e que os vínculos existentes naquele local sejam fortalecidos permitindo não só o crescimento do serviço, mas sim o dos educandos.

3.2 - O Protagonismo na prática

O contato com a equipe do Serviço deu – se em um período de observação do trabalho dos mesmos com os educandos para que se pudesse iniciar a abordagem sobre o protagonismo infantil e como desenvolvê – lo na prática. Os questionários foram aplicados a 40 crianças e/ou jovens atendidas pelo Serviço e a 5 educadores sociais responsáveis pelo desenvolvimento das oficinas de cidadania. Através da análise dos questionários verificamos que educandos disseram sentir –s e á vontade para expor suas opiniões; gostam do espaço que lhes é oferecido, mas gostariam de poder opinar sobre as oficinas que são ofertadas para que as mesmas possam contemplar a todos.

Quanto aos educadores sociais, os levantamentos mostraram que em sua maioria possuíam nível superior, tem experiência no Serviço, mas não possuem conhecimento ao que venha ser esse protagonismo infantil. Utilizam o ECA em suas atividades, mas de forma superficial. Identificada a dificuldade existente no SCFV apresentamos um plano de intervenção para que fosse desenvolvido inicialmente com os educadores sensibilizado – os da importância de fazer um trabalho voltado para a cidadania, para eu esse protagonismo fosse alcançado com seu público.

As crianças foi oferecido um trabalho voltado para o lúdico que tivesse como foco a abordagem do ECA, sendo a legislação de maior importância para crianças e adolescentes, abordando seus direitos, mas também seus deveres; de que toda ação implica em uma reação, sendo esse seu ponto de partida para o exercício do diálogo.

V – Considerações Finais

Acreditamos que dar vez e voz a crianças e adolescentes implementando o Protagonismo Infantil na vida dos beneficiários do SCFV pode contribuir não só na melhora na convivência do Serviço, mas para a vida pessoal de cada um deles. Sentir – se parte do todo, dar responsabilidade a esse público pode ser o caminho para que de fato essa cidadania aconteça.

O intuito da nossa pesquisa foi desenvolver esse protagonismo aliado a cidadania. Ser cidadão de verdade, possuidor de direitos, mas de responsabilidades. Trabalhar a capacidade do pensar, do posicionar – se diante dos fatos pensando em “colher” futuramente uma população mais segura, ética que cuidará da sua escola, pois saberá que ele faz parte daquele ambiente e por isso assim como uma planta deve cuidar para que ele permaneça sempre bonito. Esperamos que o SCFV de Carmópolis/Se possa desenvolver suas atividades visando uma “parceria” entre educadores e educandos, e que estes possam se apropriar do que vem a ser o Protagonismo infantil incorporando não só no Serviço de Convivência, mas sendo um protagonista da sua vida, com posicionamentos e atitudes que mostrem a sua essência. Que de fato tornem – se cidadãos de direitos e passem a exigí – los na sua comunidade, na sua escola, na sua família; com liberdade, mas acima de tudo com responsabilidade e que a partir dessa mudança de atitude eles possam ser formadores, disseminadores desses ideais em seus espaços de convivência.

Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, DF, 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.** Lei nº 8064 (1990), Brasília, DF, Senado 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação .** Lei 9394 (1996), Brasília, DF, Senado 1996.

_____. **Política de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2013.

CAMPOS, Herculano. DIMENSTEIN, Magda. FRANCISCHINI, Rosângela. Trabalho infantil – juvenil. Impacto sobre a educação através de índices de evasão e repetência escolares. In: DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia Escolar e Educacional. Saúde e Qualidade de vida**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Educação e Comunicação vol. 1, 1979, p. 30.

FREITAS, Fábio F.B.. **Para além da “estadania”: pensando a cidadania como categoria estratégica**. In: Passos, Gleise Prado da Rocha. Souza Marcos Santana de. Ética e Cidadania. Direitos Infante – Juvenis no Ambiente Escolar – Escola que Protege. Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação de Ensino a Distância (CESAD), 2014, p. 108.

KOLLER, Sílvia Helena. A escola, a rua e a criança em desenvolvimento. In: DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia Escolar e Educacional. Saúde e Qualidade de vida**. Caminas, SP: Editora Alínea, 2008

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação 2011.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. 7 ed. São Paulo: Érica, 2007, pág. 31.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky - **Aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio – histórico**. 4 ed. São Paulo: Scipione, 2003.

PASSOS, Gleise Prado da Rocha. SOUZA, Marcos Santana de. **Ética e Cidadania**. In: Direitos Infante - Juvenis no Ambiente Escolar – Escola que Protege. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Centro de Educação de Ensino a Distância (CESAD), 2014, pág. 112.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e Educação**. São Paulo: Contexto, 2005.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A Assistência Social no Brasil, 1983 – 1990**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 94 p.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa – Como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.